

Dezembro 2012 • Ano 2 • Número 8

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

SERVIÇOS

O novo motor da economia brasileira

Indústria patina em 2012

e 2013 pode não ser melhor

Auditoria faz bem

Cacau Show dá a receita do sucesso

Envelhecimento da população desafia a previdência complementar



5 Editorial

6 Entrevista

2013 – Ano da Contabilidade no Brasil

12 Serviços: motor da economia brasileira

Setor emprega mais, paga melhores salários, mas tem menos incentivos



18 Indústria patina em 2012

Projeções sinalizam resultados ainda modestos em 2013

21 A convergência dos emergentes

CPC realiza seminário internacional sobre normas contábeis



22 É bom e ruim

Aumento da expectativa de vida do brasileiro cria desafios para a previdência

27 Parceria para crescer

Cacau Show prova que auditoria ajuda na expansão das empresas

30 O poder do *rating*

Governança e auditoria influenciam notas de avaliação de risco



33 A vida mansa da renda fixa acabou

Juros baixos levam investidor a correr mais riscos para melhorar rendimentos

37 Portal do Ibracon tem novidades

Área exclusiva é novo canal de relacionamento com os associados

40 Pingos e respingos

Saiba mais sobre a atuação do Ibracon



42 A qualidade faz a diferença

Comitê de Revisão Externa fará treinamento em 2013

45 Educação Continuada

Mudanças agilizam atuação da Comissão do CFC

46 O País não tem tempo a perder

Artigo de Rogério Amato, presidente da ACSP

48 Foco e excelência profissional

Conheça Monica Foerster, diretora da 6ª Regional



50 Sintonia fina

Notícias técnicas em destaque



A Revista Transparência Ibracon

é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3 mil exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração

Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Gilberto Bagaiolo Contador
Guy Almeida Andrade
Juarez Lopes de Araújo
Luiz Guilherme Frazão São Pedro
Marcelo de Deus Saweryn
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Patrício Marques Roche
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil
Robinson Passos de Castro e Silva

Diretoria Nacional

Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo César Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial

Adelino Dias Pinho
André Luiz Bufoni
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Giovana Batistella
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Juarez Lopes de Araújo
Marco Aurelio Fuchida



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geralda Privatti

Reportagem
Eduardo Tavares
Elaine Cotta
Renato Vaisbih



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Desoneração para todos



A indústria sempre foi a locomotiva do Brasil, puxando o desenvolvimento nacional. Não há como negar a importância dos setores produtivos. Igualmente, é fato que a excessiva carga tributária brasileira penaliza a indústria, que agora também se ressentida de uma dura concorrência interna e externamente. No mercado doméstico, os produtos asiáticos ganham competitividade por conta de seus baixos preços, enquanto que a produção nacional perde espaço globalmente devido ao sobrepeso da carga tributária. É o que mostra o texto *Indústria patina em 2012 e 2013 pode não ser melhor*.

A questão é que, infelizmente, a carga tributária afeta todas as atividades econômicas. Por isso é tão difícil entender quais são os critérios do Governo para eleger este ou aquele setor para ser beneficiado com desonerações ou incentivos fiscais.

A reportagem *O motor da economia brasileira* mostra que o setor de serviços emprega mais e paga melhores salários. As firmas de auditoria, por exemplo, arcam com folhas de pagamentos que correspondem a 40% das despesas totais. Apesar de tantos pontos positivos – e de terem alavancado a recuperação nacional no auge da crise global –, as empresas de serviços parecem não merecer maiores atenções do Governo.

Mas que fique claro: não se trata, aqui, de descobrir um santo para cobrir o outro. O que se pede é que o Governo atente para o fato incontestável de que o setor de serviços é o que mais cresce e mais emprega, podendo elevar ainda mais sua contribuição ao País.

Nesta última edição de 2012, aproveito para deixar os votos do Ibracon para que você tenha um Feliz Natal e um 2013 repleto de realizações.

Boa leitura a todos,

Um abraço,
Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

2013

Ano da Contabilidade no Brasil



A contabilidade passa por um momento muito especial em todo o mundo e, em particular, no Brasil. Cada dia mais, as Ciências Contábeis reforçam seu papel como pilar da gestão nas organizações responsáveis. A contabilidade e a auditoria independente são indispensáveis para a transparência e a segurança dos mercados.

A análise é do presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juez Domingues Carneiro. Para ele, nos últimos anos os profissionais e a profissão vêm adquirindo mais credibilidade, respeito, confiança e valorização. "A contabilidade é a ciência da informação, um ativo cada dia mais valorizado em todo o mundo", resume.

Nesta entrevista à *Transparência Ibracon*, o presidente do CFC faz um balanço das muitas iniciativas empreendidas pela entidade em 2012 e adianta projetos de 2013. O principal deles, sem dúvida, é a campanha 2013 – Ano da Contabilidade no Brasil. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

O CFC coordena a campanha 2013 – Ano da Contabilidade no Brasil. Como o senhor gostaria que a sociedade percebesse a profissão ao final deste ano?

A profissão contábil cresce ano a ano. E obtém o reconhecimento de segmentos sociais expressivos, tanto das empresas de grande porte quanto dos entes públicos de maneira geral, assim como na esfera política e junto aos órgãos de classe. No entanto, a sociedade ainda tem uma imagem distorcida da profissão. O *Ano da Contabilidade* é uma ação conjunta de diversos parceiros estratégicos visando promover um choque de mídia, para que os meios de comunicação deixem de projetar uma imagem distorcida da nossa profissão.

Vamos destacar a importância do profissional e da profissão. Este projeto permitirá o conhecimento e a conscientização da sociedade de que a contabilidade é a ciência da informação, da transparência e da segurança. O profissional contábil é fundamental para as organizações e para o processo de tomada de decisões. Ele é um pilar do crescimento e do desenvolvimento. Sem ele, as decisões se tornam frágeis, vulneráveis e sem base consistente.



Quais temas técnicos estarão na pauta da contabilidade e da auditoria em 2013?

Além da campanha do *Ano da Contabilidade no Brasil*, temos vários projetos em andamento. Na área da educação continuada, estamos focados no treinamento e capacitação para técnicos em contabilidade, contadores e auditores. Parcerias estratégicas estão sendo construídas com organismos nacionais e internacionais visando a uma melhor qualificação e capacitação profissional.

A contabilidade pública, com a implantação da nova contabilidade, será também objeto de nossas atenções. Não tenho dúvidas de que, em um processo contínuo de aprimoramento, nosso profissional será ainda melhor. As tendências



“Entre as atribuições do CFC está a fiscalização preventiva, para proteger a sociedade. Os exames que realizamos e a educação continuada fazem parte dessa prevenção, no sentido de envidar esforços para melhorar e aprimorar”

mundiais e os avanços tecnológicos estarão também em pauta, assim como temas relacionados à sustentabilidade, governança corporativa, gestão e ensino da contabilidade.

Que balanço o senhor faz da Educação Continuada em 2012?

Gosto de destacar que, entre as atribuições do CFC, está a fiscalização preventiva, para proteger a sociedade. Os exames que realizamos, a educação continuada, a oferta de oportunidades de qualificação e capacitação profissional fazem parte dessa prevenção, no sentido de envidar esforços para melhorar e aprimorar.

Neste sentido, qual é a sua análise quanto aos resultados do Exame de Suficiência?

Eles comprovam uma triste realidade: estamos formando profissionais com baixo conhecimento. O Brasil tem mais de 1.200 cursos de Contabilidade de nível superior e a imensa maioria sem nenhum mestre ou doutor em contabilidade no quadro docente. As bibliotecas, laboratórios contábeis, programas de estágios e trabalhos de conclusão de curso apresentam deficiências. A falta de programas de treinamento e capacitação de docentes em contabilidade é outro fator negativo na maioria das instituições de ensino superior. O baixo índice de aprovação de candidatos no Exame de Suficiência é resultado desse quadro.

Ainda é muito fraca a participação (cerca de 30%) nos Encontros Anuais de Coordenadores de Cursos de Ciências

"A auditoria contribui para uma boa gestão corporativa. O Brasil precisa ser mais auditado"



Contábeis. Se nem o coordenador busca se aperfeiçoar, como ficam os professores? Vamos continuar estimulando essa participação. Em 2013, o evento será no Rio Grande do Sul. O CFC continuará o seu trabalho,

pois nosso objetivo é elevar ao máximo a aprovação nos Exames, que também devem ser continuamente aprimorados. Todos precisam fazer a sua parte, isto inclui as instituições de ensino, os alunos, os professores e o próprio CFC.

Como o senhor avalia a auditoria independente no Brasil?

A auditoria é importante para todas as organizações. É um trabalho qualificado e realizado por especialistas, devidamente preparados e capazes de contribuir. Não pode ser vista como puramente investigatória ou executada de forma a causar medo. Ela tem sua forma, metodologia e regras.

A auditoria contribui para uma boa gestão corporativa. O Brasil precisa, inclusive, ser mais auditado. Os gestores públicos e privados devem buscar o trabalho da auditoria, caso contrário estão perdendo uma grande oportunidade de tomar decisões acertadas e de se tornarem mais transparentes nas suas ações, exigência da sociedade moderna.

O CFC emitiu parecer contrário à participação das firmas de auditoria em pregões de menor preço. Qual o próximo passo do CFC no sentido de evitar essa prática?

Em primeiro lugar, precisamos nos conscientizar, definitivamente, de que desenvolvemos uma atividade intelectual, predominantemente técnica, de relevância e vital para a gestão responsável. A auditoria é o alicerce da transparência. E contribui para a eficácia das organizações, para a vida das empresas. E vida não se leiloa. Sabemos que o pregão é uma modalidade de licitação que deve ser respeitada, que gera benefícios para organizações. Mas, ao meu ver, é inaplicável aos serviços de auditoria.

Por parte do CFC e do Ibracon haverá

ações contínuas para mudar a realidade atual, que promove um verdadeiro aviltamento de preços, prejudicial à nossa profissão sob todos os aspectos. Mas há também um papel igualmente importante a ser desenvolvido pelas firmas de auditoria nesse processo. Não basta só reclamar.

O 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade atendeu às expectativas do CFC?

Foi o maior e melhor Congresso já realizado. Foram mais de 130 atividades entre painéis, fóruns, palestras etc. A programação técnica foi muito rica, assim como a social. As palestras magnas, em particular a do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, também

contribuíram para o fortalecimento da profissão e do profissional.

Com seis meses de antecedência, as inscrições já estavam encerradas. O evento transcorreu com alto nível de qualidade e organização, recebendo elogios no Brasil e no Exterior. O Congresso no Pará também fez justiça à região Norte do País, que merecia, pela primeira vez, sediar um Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Qual o balanço de sua atuação à frente do CFC?

O CFC é um dos conselhos mais atuantes no País, com um universo de cerca de 500 mil profissionais registrados nos 27 Conselhos Regionais. Em 2012, o sistema



“O Brasil tornou-se o foco das atenções no mundo contábil e várias organizações internacionais nos procuram para parcerias”



“O CFC é um dos conselhos mais atuantes no País, com cerca de 500 mil profissionais registrados nos 27 Conselhos Regionais”

CFC/CRCs promoveu a capacitação de duas vezes esse número. Os seminários, encontros, fóruns, painéis e convenções são de altíssima qualidade. O 19º Congresso se equipara ao Congresso Mundial de Contabilidade. Os exames de qualificação para auditores e o de suficiência para os bacharéis e técnicos são importantes para o exercício da profissão. A Lei 12.249/10, sancionada em nossa gestão, sepultou as raras dúvidas quanto ao poder normatizador do CFC.

Os programas sociais aproximam a categoria da sociedade. Dentre eles, o Orçamento Familiar e Controle Social, a Prestação de Contas de Entidades do Terceiro Setor, de Campanhas Eleitorais e de Entidades Desportivas, que representam uma relevante contribuição à transparência nessas áreas.

Como o senhor avalia a implementação das normas de

contabilidade do setor público? Em que estágio está esse projeto?

A nova contabilidade pública já é uma realidade. O processo de elaboração das primeiras Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público foi resultado da convergência ao padrão internacional. A área pública está cada vez mais participante e comprometida. O Grupo de Convergência coordenado pelo CFC vem realizando um grande trabalho, assim como Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CFC tem forte atuação internacional. O senhor poderia comentar alguns projetos de parceria com entidades de outros países?

O Brasil tornou-se o foco das atenções no mundo contábil e várias organizações internacionais nos procuram para parcerias. Em novembro, por exemplo, nos reunimos com a AICPA, entidade

equivalente ao CFC nos Estados Unidos, e estabelecemos um termo de cooperação em três áreas: treinamento em IFRS, certificação e publicações. O projeto, que deverá gerar os primeiros resultados em 2013, está sendo construído em conjunto. Passamos da fase de aceitar pacotes prontos. Temos competência para contribuir com outros países.

Também estamos formalizando termo de cooperação com o ICAEW, da Inglaterra, e já iniciamos a execução de outro projeto, em parceria com a Ordem dos Técnicos de Portugal (Otoc), pelo qual o CFC e a Otoc ajudam países de língua portuguesa em seis áreas da contabilidade, transferindo conhecimentos.

Que balanço o senhor faz dos projetos sociais do CFC?

O Programa Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) é constituído



“O CFC foi o primeiro conselho de classe do País a publicar balanço socioambiental. A partir de 2013, o mesmo será feito pelos Conselhos Regionais de Contabilidade”

por vários projetos executados por profissionais contábeis voluntários, cadastrados no site do CFC, representando uma grande contribuição para a sociedade.

O Doar é composto por dois projetos. O primeiro é o Orçamento Familiar e o Controle Social, para o qual foi elaborado um manual e realizados treinamentos para os profissionais contábeis inscritos, em todas as capitais do Brasil, visando à orientação financeira de famílias de baixa renda. Este projeto pretende evitar o endividamento familiar. O outro é a Prestação de Contas de Entidades do Terceiro Setor. Muitas entidades

fecham por não conseguirem prestar contas dos recursos repassados pelos entes públicos. Muitas dessas instituições são movidas por bons propósitos e objetivos sociais bem definidos, prestando serviços que beneficiam a sociedade e as pessoas mais necessitadas. No entanto, não dispõem de conhecimento técnico ou orientação para elaborar corretamente suas prestações de contas.

O projeto é desenvolvido juntamente com o Ministério Público, por meio da Associação de Promotores e Procuradores, presidida pelo dr. Léo Charles Henri Brossard II, que participou de todos os lançamentos do

projeto no Brasil. Temos vários outros projetos de responsabilidade social em desenvolvimento à disposição dos profissionais interessados em colaborar.

Vale lembrar que o CFC foi o primeiro conselho de classe do País a publicar, anualmente, o balanço socioambiental. A partir de 2013, o mesmo será feito pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, fato único no âmbito dos conselhos profissionais na América Latina. ✓



O motor da economia brasileira

Setor de serviços emprega mais, paga melhores salários, mas tem menos apoio oficial

Com taxa de crescimento acima da registrada pela economia como um todo, o setor de serviços é o mais pujante do Brasil. Ele foi o responsável pela recuperação mais rápida do País no auge da crise mundial de 2008 e é o que mais emprega. Mesmo assim, passa longe da lista de setores beneficiados pelo Governo Federal com desonerações fiscais. Ao contrário. O setor de serviços continua sendo um dos mais tributados do País e não apenas em âmbito federal, com as taxações sobre a folha de pagamentos, como também regionalmente.

E não é só isso. Enquanto diversos segmentos da indústria – em especial os de automóveis e eletrodomésticos – são constantemente beneficiados com reduções pontuais de impostos e linhas especiais de financiamento, o ramo de serviços segue pagando todas as tributações, sem chances de revisão. Além dos tributos previstos na legislação e que incidem sobre suas receitas, como PIS, Cofins e ISS, o setor ainda está sujeito a alíquotas que podem chegar a 25% no imposto de renda das empresas que optam pela modalidade de lucro presumido.

Quando necessitam de financiamento, para investir ou apenas como capital de giro, as empresas de serviços

precisam recorrer a fontes mais caras, pois em sua maioria não têm ativos físicos como garantia. Afinal, serviço é um ramo feito em grande parte com capital humano e intelectual.

Segmento pleiteia desoneração da folha de pagamentos

Mesmo assim, o segmento segue tentando fazer o dinheiro girar. Segundo a Serasa Experian, enquanto a demanda por crédito da parte das empresas, de maneira geral, está mais fraca, no setor de serviços ela segue em expansão. Em outubro de 2012, por exemplo, houve uma forte queda nos pedidos de financiamento: de 1,8% entre as micro e pequenas empresas e de 1,6% entre as médias. Entre as grandes, o recuo foi de 0,2%. Mas, quando se analisa por setor, as empresas comerciais registraram a baixa mais expressiva na busca por crédito naquele mês: 3,3% em relação a setembro. Nas empresas industriais, o recuo foi



Empresas também sobem no ranking de internacionalização

de 2,7%, enquanto as empresas de serviços apresentaram evolução positiva de 0,6% no período.

O nível de emprego e renda também cresce mais nas empresas de serviços. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra isso. Em outubro de 2012, enquanto a média de renda na indústria recuou, no setor de serviços ela cresceu. Nas empresas de serviços, a média salarial varia entre R\$ 1.585 e R\$ 2.416; na indústria, ela não ultrapassa os R\$ 1.800. A média nacional para todos os setores é de R\$ 1.800. E, nesse caso, estamos falando de serviços considerados mais básicos, como transporte e limpeza urbana. Nos segmentos mais sofisticados – como as áreas de tecnologia e consultoria –, a média salarial sobe significativamente, sendo ainda maior que a da indústria.

Atividade alavanca a recuperação do Brasil



Prestadoras de serviços empregam ao menos dez milhões de pessoas

Eduardo Pocetti

“O setor de serviços ajudou a impulsionar a recuperação da economia brasileira, inclusive frente à crise financeira internacional e ao desaquecimento da atividade doméstica”, analisa Eduardo Pocetti, presidente nacional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

De acordo com a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), do IBGE, divulgada em setembro de 2012, a receita operacional líquida das empresas de serviços não financeiros cresceu 11,4% entre 2007 e 2008, desacelerou para 6,1% em 2009 – ano do auge da

crise, quando o Produto Interno Bruto (PIB) ficou estagnado. A recuperação veio rápida e o segmento voltou a se expandir em 11,2% em 2010. São números bem acima das taxas registradas tanto pelo PIB, quanto pela indústria nos mesmos anos.

Entre 2007 e 2010 (período analisado pelo IBGE), a receita do setor cresceu 31,6% já descontada a inflação. Os salários expandiram 38% no mesmo período. A pesquisa do IBGE considerou apenas um “pedaço” do segmento, que representa 13% do PIB nacional – as empresas de serviços não financeiros. Quando se olha o setor de serviços

como um todo, o seu peso é bem maior: 67% do total das riquezas produzidas pelo País.

O IBGE aponta, ainda, que as empresas do setor movimentam mais de R\$ 680 bilhões por ano e empregam ao menos dez milhões de pessoas. Os serviços também têm sido o principal destino dos investimentos estrangeiros diretos (IED) que chegam ao Brasil: só em 2009, receberam US\$ 14 bilhões ou 45% do total. Para 2012, a expectativa do Banco Central é que entrem no País US\$ 20 bilhões em investimentos estrangeiros, dos quais cerca de metade devem ficar com o segmento.

Setor pede mais atenção aos gargalos tributários



Luigi Nese

Apesar de ser um dos motores da economia, o cenário tributário para o setor de serviços não é tão animador. “Mesmo com tamanha relevância, o segmento ainda é um dos mais penalizados do País quando o assunto é tributação”, acrescenta o presidente nacional do Ibracon.

Eduardo Pocetti não condena a desoneração e os benefícios concedidos a outros segmentos econômicos, mas defende incentivos a setores que tenham condições de contribuir no desenvolvimento nacional com um crescimento maior, como é o caso de serviços. Nas desonerações fiscais anunciadas pelo Governo Federal sobre a folha de pagamentos de 40 segmentos da economia, apenas dois eram de serviços: o hoteleiro e o de tecnologia.

“A nossa proposta é pela retirada dos encargos previdenciários patronais da folha de pagamentos, com alteração da base tributária e substituição pela arrecadação de uma alíquota sobre a movimentação financeira das empresas”, explica o presidente da Confederação Nacional dos Serviços (CNS), Luigi Nese.

A CNS, baseada em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), defende a desoneração da folha de pagamento das empresas há mais dez anos e voltou a insistir no tema após os recentes subsídios dados à indústria, em especial ao setor automobilístico nacional, de longe o mais beneficiado pelas desonerações tributárias. Mas, até agora, nenhum sinal nessa direção foi dado pelo Governo e a expectativa não é de muita luz no final do túnel.



Panorama

- O setor de serviços é um dos mais tributados
- Não é contemplado com desonerações
- Alíquotas podem chegar a 25% no IR (lucro presumido)

Salários

- Serviços – remunerações médias variam de R\$ 1.585 a R\$ 2.416
- Indústria – salários não ultrapassam R\$ 1.800

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/ IBGE - outubro 2012

Serviços não financeiros

Crescimento da receita operacional líquida:
2008 - 11,4%
2009 - 6,1%
2010 - 11,2%

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços IBGE, setembro 2012

Setor de serviços responde por:

- 67% do PIB
- movimenta mais de R\$ 680 bilhões por ano
- emprega cerca de 10 milhões de pessoas

Fonte: IBGE

Capital humano

Folha de pagamento de firmas de auditoria responde por 40% das despesas

Internacionalização

Empresas de serviços representam 31% das transnacionais brasileiras

Fonte: Fundação Dom Cabral

Unificação preocupa

O projeto que prevê a unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para áreas consideradas estratégicas, entre elas alguns segmentos de serviços, preocupa as entidades do setor.

O secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, argumenta que o objetivo é simplificar a cobrança, reduzir as obrigações acessórias envolvidas e acabar com o sistema cumulativo, que não gera crédito tributário sobre os insumos.

Na prática, porém, alguns segmentos de serviços sairão perdendo com a reforma.

A proposta do Governo, que ainda está em fase de redação na Receita Federal e no Ministério da Fazenda, prevê unificar o PIS e a Cofins, com três faixas de cobrança. Mas os dois órgãos sinalizam que as novas taxas não devem ficar muito distantes do teto máximo atual, de 9,25%.

Entre os segmentos que podem ser mais afetados pela medida estão os de saúde, educação, transporte público, comunicação e telecomunicação – que hoje pagam cerca de 3,65% em tributos quando se soma PIS e Cofins, graças ao sistema cumulativo. Sem ele, que gera créditos sobre os insumos, as alíquotas tendem a ser maiores.

Outro ponto polêmico é que a cobrança

passará a ser feita sobre a receita bruta das empresas e não mais sobre o faturamento, o que tende a elevar a base de cálculo. Tal alteração pode abranger também as receitas financeiras, calculadas atualmente à parte do faturamento.

O Governo alega que é a única maneira de não reduzir drasticamente a receita com impostos e reconhece que, estrategicamente, para o setor de serviços, o cenário ideal seria que as taxas tivessem um teto máximo de 6%.

De qualquer forma, seria quase o dobro do que as empresas pagam atualmente. O ponto que mais pesa nessa mudança é o fato de que, ao contrário da indústria, onde os insumos são cerca de 60% de um produto e com isso é possível obter bons

Nordeste é onde o setor mais cresce

Pesquisa do IBGE, com 992.808 empresas, mostra que a região Nordeste é onde o setor de serviços mais cresce. Enquanto, no País, a receita teve expansão de 31,8% entre 2007 e 2010, período analisado pelo IBGE, no Nordeste o crescimento chegou a 36%. Mas, apesar de a região apresentar o maior crescimento, a maioria das empresas permanece com sede no Sudeste.

Segundo a pesquisa, o Sudeste responde por 66,9% da receita de prestação de serviços no Brasil – que chega a R\$ 647,3 bilhões, além de representar 67,2% dos salários e 60,3% do pessoal ocupado – cerca de 6,4 milhões de trabalhadores. O Sul, em segundo

lugar, corresponde a 14,2% da receita, 14,1% dos salários e 15,8% do pessoal ocupado. Nordeste, Centro-Oeste e Norte aparecem em seguida, nesta ordem.

A pesquisa do IBGE analisou números das empresas que prestam serviços

não financeiros no país, com destaque os serviços de transportes e correios, responsáveis por boa parte da receita – cerca de R\$ 251 bilhões, ou 29% do total. Os serviços de comunicação e informação são 267% (com receita de R\$ 233,5 bilhões) e os profissionais de áreas administrativas 25,4%, ou R\$ 220,8 bilhões. Juntos, esses três ramos somam 81% do faturamento do setor no País.

créditos para o pagamento de tributos futuros, no setor de serviços esse cálculo é mais complexo, pois o segmento trabalha com intangíveis.

“No segmento de auditoria, por exemplo, o maior insumo das firmas é o capital humano. E a folha de pagamentos não gera créditos tributários, apesar de responder por mais de 40% de nossas despesas. Se não houver uma mudança no sistema de aproveitamento de créditos, seremos onerados”, explica Eduardo Pocetti.

Ele acrescenta que a preocupação é não pagar a conta de ajustes que beneficiem apenas aos demais setores, sem contemplar a área de serviços. “Não somos contra a unificação nem a simplificação, mas nos preocupa sermos



Carlos Alberto Barreto

vistos como um setor que tem mais facilidade para repassar custos e que, portanto, pode ser penalizado”, conclui o presidente do Ibracon.

Atravessando fronteiras



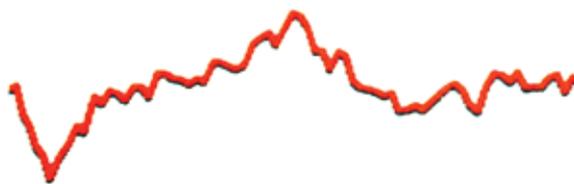
Sherban Leonardo Cretoiu

Historicamente competitivo em *commodities*, o Brasil começa a fortalecer sua presença além das fronteiras nacionais na área de serviços também. A pesquisa sobre o nível de internacionalização das empresas brasileiras, realizada anualmente pela Fundação Dom Cabral, revela que o setor de serviços começou a apostar em novos mercados, principalmente na América Latina.

Outro dado significativo é que as empresas desse ramo já representam 31% das transnacionais brasileiras – 15 do total de 50 listadas pela Dom Cabral. “O *Ranking das Transnacionais Brasileiras* mostra, na edição de 2012, que 63% das empresas estudadas iniciaram subsidiárias internacionais em países latino-americanos”, informa Sherban Leonardo Cretoiu, coordenador do Núcleo de Negócios Internacionais da Dom Cabral.

E a tendência é de manutenção desse ritmo de expansão. A Fundação aponta que as áreas de tecnologia, logística e franquias de serviços (como clínicas de estética, escolas de idiomas e aluguel de carros) são as que mais crescem. Nos últimos três anos, essas empresas ampliaram suas margens de lucro – mas no mercado interno, e não no exterior. Uma das explicações é a crise internacional, mas também o fortalecimento das marcas, o que foi possível justamente com a exposição maior no exterior. ✓

Indústria patina em 2012...



Projeções sinalizam que resultados continuarão muito modestos

Emprego em queda, produção em declínio e menor produtividade. Essa é a realidade da indústria brasileira, que continua enfrentando dificuldades para reagir aos efeitos da desaceleração da economia, a despeito dos estímulos fiscais constantes anunciados pelo governo. A queda da produção em setembro (de 1%) associada ao recuo do emprego no mesmo mês (de 0,3%) – ambos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – jogaram um balde de água fria nas projeções otimistas de que o setor poderia se beneficiar do câmbio (afinal, o real valorizado freia a concorrência dos importados) e ter algum tipo de recuperação no final de 2012. O pior é que o clima tenso segue como previsão para 2013.

“Mais que jogar para baixo o já tão comprometido resultado da indústria neste ano de 2012, há agora uma preocupação sobre a evolução nos próximos meses”, diz Rogério César de Souza, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), lembrando que, até então, a perspectiva era de que a produção manteria uma trajetória de crescimento, ainda que a taxas modestas. Mas o cenário mudou.

Nas perspectivas do Iedi, o resultado do mês de setembro – período no qual a produção industrial deveria estar a pleno

vapor para atender à demanda que cresce no final de ano, em especial por causa das vendas do Natal – lançou dúvidas, e muitas, sobre o desempenho do setor não só neste ano, mas em 2013 também.

A estimativa agora é de que 2013 será mais modesto do que o esperado. E essa preocupação também chegou ao Governo, que não tem visto convertidos em números os efeitos dos incentivos diretos à indústria anunciados ao longo de 2012. “Mas é preciso advertir que, no caso das medidas governamentais direcionadas à indústria, é muito provável que, sem elas, os números da produção industrial deixassem ainda mais a desejar”, lembra Rogério César de Souza.

O fator que desencadeou o cenário mais pessimista não foi apenas o recuo de 1% apurado pelo IBGE. Mas, sim, o número de segmentos da indústria que apresentam retração: 16 entre 27 ramos pesquisados. E na lista há setores considerados extremamente importantes, tanto pelos empregos que geram quanto por serem um termômetro da expansão da própria demanda interna, cujo crescimento blindou o País na crise internacional de 2008.

Entre esses setores que tiveram desaceleração estão os de alimentos e bebidas, de móveis e o de veículos – o que mais

... e 2013 pode não ser melhor



estímulos tem recebido nos últimos anos por ser visto pelo Governo como um segmento ligado a diversas cadeias de produção do País.

Isso joga um balde de água fria nas expectativas de mais curto prazo e mostra que a indústria nacional não consegue decolar com a mesma facilidade e sustentação de outras épocas. O IEDI avalia que as expectativas de médio e de longo prazos estão, agora, influenciando também o presente. E, diante de um cenário menos otimista, os empresários da indústria podem postergar investimentos e contratações temendo o futuro de seus negócios.

Competitividade

Além do cenário de queda no emprego e na produção, a indústria nacional sofre com outro problema: a perda de competitividade. E essa realidade pode

Falta de competitividade preocupa

ser vista tanto no mercado doméstico – devido à maior concorrência de produtos importados – quanto no externo, já que os preços brasileiros, a despeito da recente desvalorização do real, continuam maiores que os de seus principais concorrentes, em especial a China.

Esse quadro tem a ver com o nem tão recente processo de desindustrialização da economia brasileira, o enfraquecimento de algumas cadeias produtivas da indústria e, em especial, a queda da produtividade nos parques de produção, a despeito do recente aumento da remuneração dos trabalhadores do setor.

Em recente pesquisa, o IBGE mostrou que 11 entre 18 ramos da indústria viram sua produtividade declinar no primeiro semestre de 2012. E a indústria de transformação – a que mais emprega no setor industrial – é um dos ramos que mais sofre com essa realidade. Só no acumulado dos primeiros seis meses de 2012, houve queda de quase 2% no nível de produtividade da indústria brasileira, enquanto as horas pagas para os trabalhadores aumentaram na mesma proporção (1,9%). Esse resultado é um dos piores da história, perdendo apenas para 2009 – ano do auge da crise internacional, quando a economia brasileira ficou praticamente estagnada.

Por outro lado, houve queda no emprego industrial entre janeiro e junho de 2012. Mas tal retração não chegou a afetar negativamente a remuneração média, que cresceu 5%



Rogério César de Souza

no mesmo período. E é justamente esse descompasso entre nível de produção e folha de pagamentos que pressiona a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade da indústria nacional. Isso, lembra o IEDI, enfraquece as cadeias produtivas na indústria e tende a tornar mais demorada a resposta aos estímulos que vêm sendo dados, em especial pelo Governo Federal. E é esse processo de desindustrialização em curso na economia brasileira que traz

conseqüências para o dinamismo da produtividade, que depende da expansão da produção industrial. ✓

Convergência dos emergentes

FACPC promove encontro internacional sobre normas contábeis



Wayne Upton

Leonardo Pereira

Idésio Coelho

O IX Seminário Internacional CPC Normas Contábeis Internacionais, realizado pela Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), reuniu representantes relevantes do mercado nacional e internacional. "O encontro deu visão abrangente da convergência dos países emergentes e discutiu temas técnicos que vão estar na agenda da profissão a partir de 2013", analisa Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Após a abertura, a cargo de Alfried Plöger, coordenador de Relações Institucionais do CPC, e de Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o chairman do Comitê de Interpretações do IFRS e diretor de Atividades Internacionais do Iasb, Wayne Upton, falou sobre *Adoção das IFRS no Mundo: Desafios na Implementação*.

Idésio Silva, diretor técnico do Ibracon e vice-coordenador de Relações Internacionais do CPC, atuou como moderador do primeiro painel: *Estágio da Adoção e Desafios da Convergência nos Bricsa*. "Dos cinco países do bloco de economias emergentes,

apenas Brasil e África do Sul estão plenamente inseridos no ambiente IFRS. Os demais ainda se encontram em processo de convergência", analisa o diretor, a partir do que ouviu dos representantes do Financial Reporting Standards Council da África do Sul; do China Accounting Standards Committee; do Institute of Chartered Accountants of India e Kirill Altukhov, representante da Rússia.

O painel *Divulgação de Informações: Críticas e Perspectivas* destacou o excesso de informações irrelevantes nas demonstrações contábeis das empresas. "As informações desnecessárias e não requeridas acabam prejudicando a visibilidade do que é relevante. E isso é ruim para todos os usuários das demonstrações", esclarece Idésio Coelho.

Também foram debatidas duas importantes normas técnicas em análise no CPC, tratando de reconhecimento de receitas e contabilidade de *leasing*. "Os projetos já passaram por audiência pública e é possível que as normas entrem em vigor a partir em 2014/2015. O seminário contribuiu para termos a visão de diferentes participantes do mercado", concluiu Idésio Coelho. ✓

É bom e ruim

O brasileiro vive mais e melhor, mas a alteração na composição demográfica do País cria novos desafios para as administradoras de fundos de previdência

O Brasil está envelhecendo. Em um estudo recente, o Banco Mundial projeta que a população idosa do País deverá triplicar em 40 anos, passando das atuais 20 milhões de pessoas para cerca de 65 milhões, em 2050. Essa realidade tem um lado bom: significa que a qualidade de vida do brasileiro está em elevação constante. Nos anos 60, a expectativa média de vida no Brasil era de pouco mais de 47 anos. Hoje é de 73 anos. É uma grande evolução.

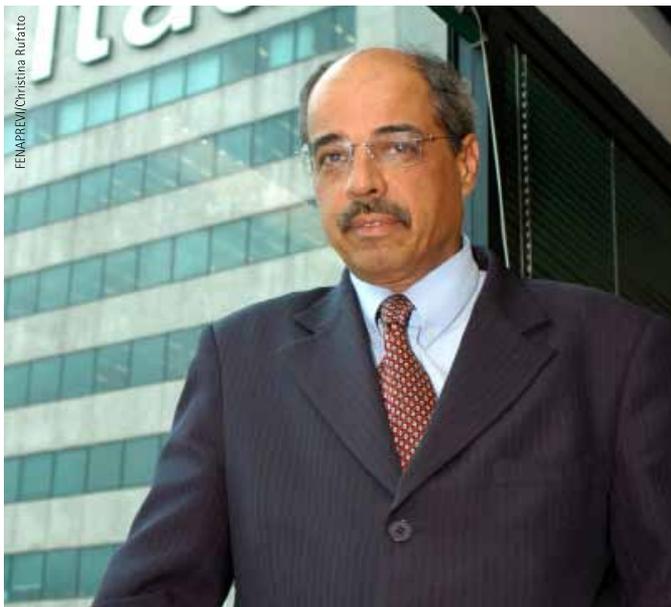
A melhora, no entanto, traz à tona um cenário que preocupa. À medida em que a realidade demográfica do Brasil se aproxima da existente nas nações desenvolvidas, tamanha variação na estrutura etária da população resultará em maiores pressões sobre os sistemas de previdência, tanto público, quanto privado.

O estudo do Banco Mundial mostra que também haverá mudanças na composição da população em idade escolar. Essa faixa etária deixará de representar 50% do total, caindo para apenas 29%. E quem sustenta o aposentado de amanhã é o trabalhador de hoje. Com um número de aposentados maior que o de trabalhadores na ativa, a tendência é de que a previdência pública, que já sofre com um rombo que deverá somar R\$ 40 bilhões em 2012, fique ainda mais deficitária.



Alfredo Lalia

Esse impacto também vai chegar às contas da previdência privada, que precisa se preparar para essa nova realidade. "O envelhecimento da população traz um novo desafio às administradoras de fundos de previdência, porque o planejamento precisa contemplar prazos cada vez mais longos", diz Alfredo Lalia, superintendente-executivo de Seguros do HSBC Brasil.



FENAPREVI/Christina Rufatto

Osvaldo do Nascimento

De acordo com levantamentos da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), só no primeiro semestre de 2012 o segmento arrecadou R\$ 33 bilhões – dos quais R\$ 28,6 bilhões provenientes dos poupadores individuais. O crescimento, de 36% em relação ao mesmo período de 2011, sinaliza que, até 2017, a previdência privada brasileira pode atingir a marca de R\$ 1 trilhão em recursos administrados por bancos ou seguradoras.

Até 2017, previdência complementar pode atingir R\$ 1 trilhão em recursos

"Estamos triplicando de tamanho a cada três anos", afirma Osvaldo do Nascimento, vice-presidente da Fenaprevi.

Nesse ritmo de expansão e com a tendência de queda na taxa de juros, o mercado vai exigir cada vez mais dos bancos e seguradoras para que se mantenham rentáveis – e isso implica aumentar ainda mais a transparência nas contas.

Já o sistema de previdência complementar fechado (restrito a funcionários de empresas que oferecem o benefício) conta com 337 entidades, que administram 1.091 planos e atendem a 3,2 milhões de pessoas, de acordo a Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência (Ancep). Trata-se de um mercado com patrimônio de R\$ 620 bilhões, 15% do PIB (Produto Interno Bruto). E, apesar do volume extremamente representativo de recursos, o número de participantes ainda é considerado baixo. "Ele não representa nem 5% da população", lamenta o presidente da Ancep, Roque Muniz de Andrade, para quem a cultura da poupança no Brasil – ou melhor, a falta dela – é uma das explicações para essa realidade.

Futuro mais promissor



Roque Muniz de Andrade

Criar uma cultura previdenciária é fundamental para que o País chegue a 2050 não apenas com um panorama demográfico diferente, mas em condições de acomodar – e sustentar – uma sociedade com mais velhos do que jovens.

O estudo do Banco Mundial mostra que a parcela das transferências públicas *per capita* destinadas à população idosa, se comparada à fração dirigida às crianças, é muito maior do que em qualquer outro país com sistemas de proteção social similares da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da América Latina e do Caribe.

“Dada a estrutura etária mais jovem no Brasil, isso representa investimentos públicos muito menores em educação para a juventude (9,8% da média salarial brasileira), enquanto os benefícios públicos previdenciários médios são muito maiores (66,5% da média salarial)”, destaca o texto do Banco Mundial. Ao mesmo tempo, há mudanças em andamento que podem minimizar os possíveis efeitos perversos da realidade

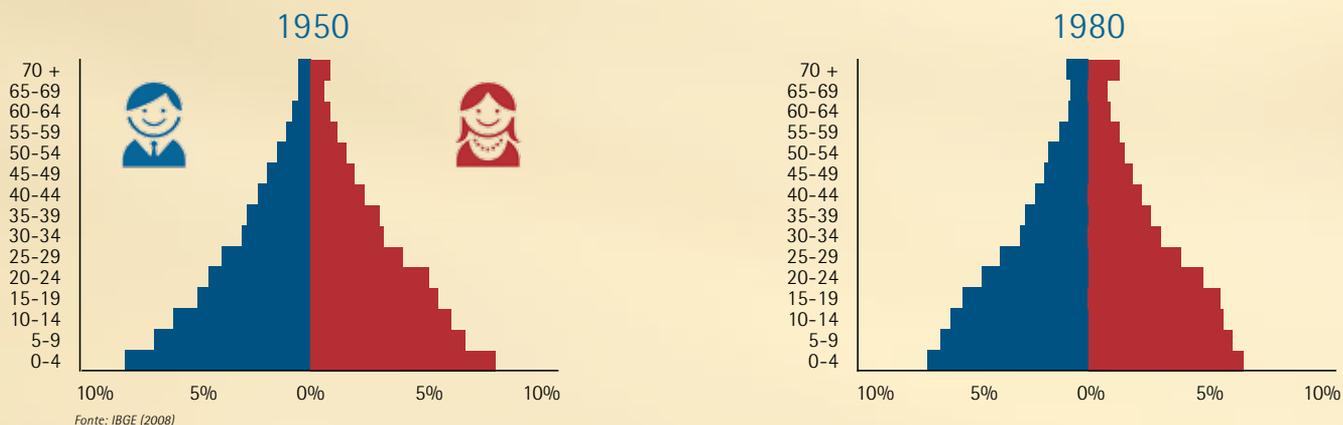
Funpresp reduzirá rombo da previdência dos servidores federais

futura do País. Nas empresas, os fundos de previdência corporativos começaram a ganhar fôlego e mais adeptos nos últimos anos. A previdência privada tende a crescer à medida que a economia se estabiliza e a renda do brasileiro melhora – o que permite o planejamento financeiro para garantir o futuro.

E as perspectivas para a previdência pública começaram a ganhar novos contornos, com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). A partir de fevereiro de 2013, quem ingressar no serviço público federal contará com um novo regime de previdência complementar, gerido pela Funpresp.

Sancionada em maio de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, a lei que instituiu a Funpresp também acabou com a aposentadoria integral para novos servidores federais, limitando

Um século de mudanças na estrutura etária da população 1950 – 2050



a pensão desses funcionários ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – hoje fixado em R\$ 3.916,20 – como acontece com os trabalhadores da iniciativa privada. Para complementar as aposentadorias, a Funpresp irá administrar planos de benefícios previdenciários para os servidores federais.

A Fundação terá o aporte inicial de R\$ 50 milhões e autonomia administrativa e financeira. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) já

aprovou o estatuto da Funpresp. “Agora, trabalhamos no plano de benefícios, que também será submetido à Previc, para que todos que entrarem no serviço público a partir de fevereiro de 2013 já estejam sob a nova modalidade”, informa a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Também poderão participar como patrocinadores de planos de benefícios próprios, administrados pela Funpresp, o Ministério Público da União (MPU), o Conselho Nacional do Ministério Público

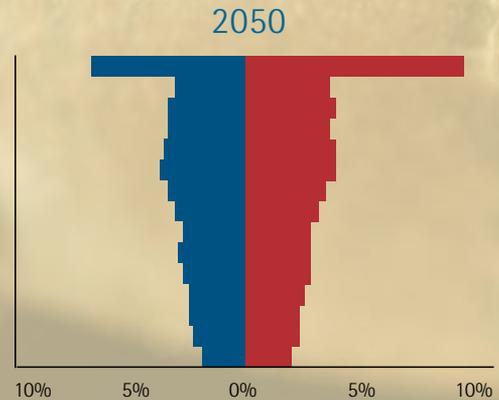
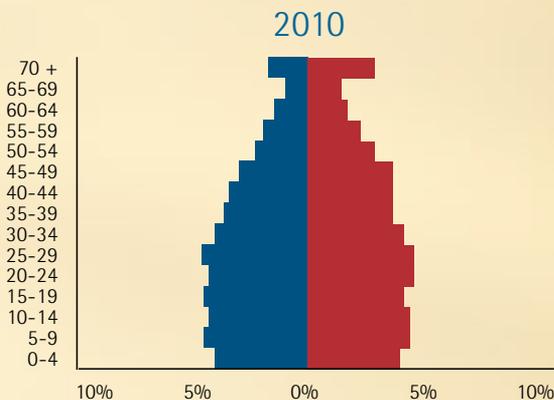
(CNMP), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU).

O objetivo é assegurar o equilíbrio da previdência dos servidores públicos no médio e longo prazos e garantir tratamento igual entre os trabalhadores. O novo sistema previdenciário recompõe a capacidade do Governo Federal para investir em áreas essenciais, como infraestrutura e educação – já que, só em 2011, o sistema de previdência do funcionalismo federal acumulou déficit de R\$ 60 bilhões para custear 960 mil servidores públicos aposentados. Esse valor é maior que o da Previdência Social e, pior, cresce a uma média ameaçadora de 10% ao ano.

“Os fundos de pensão a serem geridos pela Funpresp prometem dar uma cara nova à previdência do Brasil”, diz Andrade, da Ancep. Ele garante que, daqui a 20 anos, a Funpresp terá patrimônio maior que o da Previ, a previdência dos funcionários do Banco do Brasil, hoje em quase R\$ 160 bilhões. Isso a transformará no maior fundo de previdência privada fechado da América Latina.



Miriam Belchior



Ibracon discute padronização para ampliar transparência

Melhorar a governança e avançar no nível de transparência das demonstrações financeiras. Essa tem sido a missão do Grupo de Trabalho de Previdência Complementar do Ibracon, que conta a colaboração do órgão de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e das entidades e associações de classe.

O GT reúne profissionais especializados em previdência, que também atuam em outros mercados regulados, incluindo experiências internacionais. "Isso enriquece os debates e propicia uma contribuição significativa para avançarmos na governança corporativa, melhoria dos processos contábeis e transparência das informações financeiras das EFPC", afirma Eduardo Wellichen, coordenador do GT.

Debates contemplam exigências da Resolução CGPC 26

O GT orienta os auditores independentes no Brasil que atuam nessas entidades, visando à uniformização de procedimentos e relatórios emitidos. Nos últimos dois anos, por exemplo, o Grupo participou ativamente na elaboração de um Comunicado Técnico (CT) para os auditores independentes em relação às mudanças no padrão de apresentação das demonstrações financeiras das entidades,

emanadas da Resolução CGPC 28, que também passou a exigir a auditoria por plano de benefício, e não somente sobre a posição consolidada da entidade, como era feito até 2010.

No momento, o GT analisa a emissão de orientação para auditores independentes com relação ao relatório a ser emitido para atendimento da Resolução CGPC 26, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EPFC na apuração de seus resultados para fins de destinação e utilização de eventuais superávits e no equacionamento de déficits dos planos de benefícios previdenciários que administrem.

Quando a destinação da reserva especial da entidade envolver a reversão de valores aos participantes, assistidos ou patrocinadores, um dos requerimentos estabelecidos pela CGPC 26, no artigo 27, é que o auditor independente deverá realizar procedimentos e emitir relatório sobre auditoria independente específica para avaliação dos recursos garantidores e das reservas matemáticas do plano de benefícios. "Porém, notou-se a existência de dúvidas com relação à extensão desses procedimentos e ao formato do relatório a ser emitido *vis-à-vis* as normas de auditoria. Observam-se, ainda, diferentes abordagens pelos auditores independentes em relação a esse tema, o que também tem gerado questionamentos por parte do órgão de fiscalização dessas entidades, uma vez que muitos relatórios emitidos não continham as informações necessárias ou a extensão dos procedimentos aplicados não era



Eduardo Wellichen

considerada suficiente por esse órgão", diz Wellichen.

Ele explica que o GT também tem realizado reuniões, inclusive com a participação da Previc, "no sentido de alinhar as expectativas com relação à extensão dos procedimentos de auditoria, formato e informações que devem constar neste relatório, com o objetivo de definir um modelo que atenda aos objetivos propostos pela Resolução e, por conseguinte, preparar uma orientação para os auditores independentes".

O Grupo está trabalhando no sentido de determinar os procedimentos de auditoria a serem aplicados, bem como o modelo de relatório a ser emitido. "No momento, não temos previsão de data para a emissão deste CT", conclui Wellichen. ✓

Parceria para crescer

Às vésperas de completar 25 anos, Cacau Show aposta no trabalho de auditores para melhorar os negócios

Com uma trajetória de sucesso e muitas conquistas, a Cacau Show decidiu há cinco anos começar a fazer auditoria de seus negócios em busca de novas maneiras de aprimorar a gestão de uma das maiores empresas de chocolates do Brasil. "Já faz quase uma década que iniciamos o processo de profissionalização, contratando, por exemplo, um contador interno e um gerente financeiro. Depois de um tempo, percebemos que, se tínhamos a pretensão de dar um salto maior, era preciso fazer uma auditoria constante dos nossos negócios", conta Alexandre Costa, fundador e presidente da Cacau Show.

Ele acredita que a auditoria tem um valor muito grande para a empresa, uma vez que pode oferecer uma visão ampla e sistematizada de todos os aspectos do negócio, além de permitir que se faça um *benchmarking*, comparando alguns aspectos relacionados à governança corporativa do mercado e viabilizando que a Cacau Show adotasse as melhores práticas.

"Os auditores têm uma experiência muito grande com seus diversos clientes e acabam desenvolvendo uma valiosa massa crítica de visões para compartilhar conosco. Por isso valorizo muito o nosso bom relacionamento com os auditores. A auditoria, aliás, também ajuda a identificar e reconhecer





Alexandre Costa



Bodas de prata

Alexandre Costa se prepara para os 25 anos da Cacau Show em 2013 com motivos de sobra para comemorar. A empresa foi fundada em 1988, quando ele ainda era adolescente e havia conseguido vender dois mil ovos de Páscoa. O problema é que ninguém fabricava mais o tipo de ovo encomendado pelos compradores, no tamanho de 50 gramas. Costa não teve dúvidas: pediu dinheiro emprestado para um tio, contratou uma senhora que fazia chocolates caseiros e, após três dias, com jornadas de trabalho de 18 horas, o pedido foi entregue. No fim das contas, ainda sobraram US\$ 500 – exatamente o mesmo valor que havia recebido como empréstimo, ou seja, Costa teve 100% de lucro.

De lá para cá, o negócio não parou de crescer. A Cacau Show adotou o sistema de franquias em 2002 e, em uma década, tornou-se a maior rede de lojas de chocolates finos do mundo, com mais de 1.200 lojas espalhadas por todo o Brasil. A empresa também tem cinco fábricas e, somando os resultados da indústria com os do varejo, faturou R\$ 1,2 bilhão em 2011, gerando aproximadamente cinco mil empregos diretos.

O caminho percorrido até hoje, porém, também teve alguns obstáculos. Um dos grandes desafios da carreira de Costa foi superar a falência das lojas Mappin, em 1999, seu maior cliente à época. Para o empresário, “os desafios sempre vão aparecer à frente de um empreendedor.

Empresa auditada adquire maior credibilidade no mercado e atrai investidores

nossos erros, o que permite melhorar os processos internos”, afirma Costa.

O empreendedor ainda ressalta a contribuição da auditoria para a credibilidade da empresa perante o mercado, o que é fundamental para atrair investidores. “Nas nossas discussões com empresários

estrangeiros, quando informamos que somos auditados, a conversa passa a ser outra. Parece que passamos a fazer parte de uma categoria diferenciada de empresas. A abertura de capital está no rol de possibilidades para o futuro da Cacau Show e, com a auditoria, sabemos que a empresa será melhor recebida no mercado”, revela.



O mais importante é não desistir e buscar soluções criativas. Foi isso que fiz no início da Cacau Show, com os ovos de 50 gramas, e na falência do Mappin, quando passamos a investir na venda de chocolates de porta em porta”.

Costa conta que, depois do susto, decidiu buscar um novo mercado, que não existia, oferecendo um chocolate de boa qualidade, com ganho de escala. “Só assim era possível ter um preço democrático. É uma equação difícil, como aquela história de quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha? Eu só consigo ter preço democrático se tiver escala. E só consigo ter escala se tiver um preço baixo. Eu acreditei nessa receita de negócio, que, somada a uma excelente qualidade, deu certo”, lembra.



Reconhecimento

Com a experiência acumulada à frente da Cacau Show, Alexandre Costa tornou-se um dos palestrantes mais requisitados do País para falar sobre empreendedorismo. Parte de suas conquistas também foi compartilhada com o público em um canal lançado recentemente no site da empresa e com a publicação de dois livros: *O Cacau é Show – Deliciosas Histórias do Mundo do Chocolate* (2008) e *Uma trufa e ...1.000 lojas depois!* (2010).

O reconhecimento da Cacau Show e de seu presidente ainda se completa com a extensa lista de premiações que ambos receberam. Somente no primeiro semestre de 2012, a empresa conquistou o Prêmio ABF-AFRAS Destaque Sustentabilidade

2012, com o projeto “Brincando e Aprendendo”; o Prêmio Pequenas Empresas & Grandes Negócios, como uma das três melhores franquias na categoria Cafeteria e Confeitaria; Prêmio Jovens Lideranças, na categoria Varejo; Prêmio Lojista Alshop, na categoria Chocolate & Doceria; e Prêmio ABF Excelência em Franchising.

A fama da Cacau Show já chega ao mercado internacional. No último mês de junho, Costa foi o único representante da América Latina convidado para fazer uma palestra durante a Chocovision, em Davos, na Suíça, ao lado dos principais especialistas e profissionais da indústria de chocolates do mundo. ✓

O poder do *rating*

Ambiente de governança influencia as notas de avaliação de risco

Em um cenário econômico global cada vez mais complexo, credibilidade é essencial às empresas que procuram reduzir custos e atrair investimentos. O impacto das crises do *subprime* nos Estados Unidos e da dívida pública na Europa abriu espaço para os países emergentes, que entraram em cena como o novo centro das atenções dos investidores.

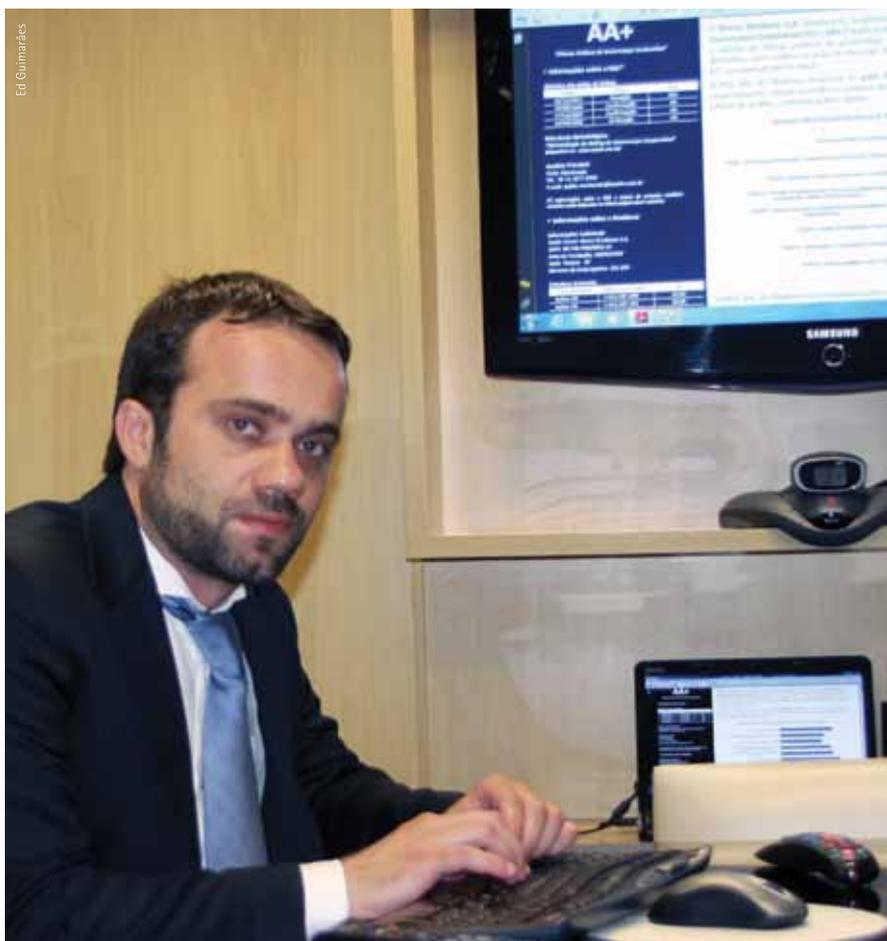
O panorama criado pela fragilização das economias mais desenvolvidas e pelo fortalecimento de Brasil, China, Índia e outros países deixou os investidores internacionais expostos a um ambiente desconhecido. Nesse contexto, alguns instrumentos para reduzir os riscos sem perder boas oportunidades ganharam destaque. Um deles é o *rating*.

A classificação do risco por uma agência especializada ressalta os atrativos das empresas, pois atesta a capacidade de honrar compromissos financeiros e ter boa *performance* no mercado. "Companhias com menor risco de crédito têm menor custo de capital e acesso a juros mais baixos, prazos mais longos de financiamentos, entre outras facilidades", explica Pablo Mantovani, da Austin Ratings, agência de classificação de risco brasileira.

Segundo ele, o *rating* corporativo da Austin decorre, basicamente, da avaliação do risco do negócio (principalmente aspectos qualitativos) e do risco financeiro (com ênfase em aspectos quantitativos) das empresas.

Também são consideradas as influências externas sobre os negócios da empresa e aspectos internos, inerentes à própria companhia. Entre os fatores externos, são analisados os ambientes macroeconômico, setorial e regulatório, para identificar o grau de influência sobre a capacidade operacional da empresa e suas condições de honrar compromissos financeiros.

A análise do cenário externo em que a empresa está inserida considera as políticas monetária e cambial do país, classificando o risco e os impactos dessas políticas sobre o setor de atuação da empresa e, mais especificamente, sobre suas dívidas. O mesmo estudo é feito para determinar os efeitos dessas políticas na concorrência setorial. A avaliação leva em conta, ainda, o ambiente regulatório e a disposição por parte dos governos em intervir no setor de atuação da empresa. No Brasil, sobretudo, os regulamentos governamentais têm forte poder de influência sobre determinados setores e, conseqüentemente, sobre um universo considerável de empresas.



Ed Guimarães

Pablo Mantovani

Empresas auditadas e sem ressalvas saem na frente

Entre os fatores internos, Mantovani destaca que são avaliados o ambiente de governança da empresa, sua estratégia e suas políticas administrativas, assim como seus pontos fortes e fracos para atuar em determinado segmento. "A análise quantitativa se define pela avaliação de três pilares básicos: a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa", explica o analista. "Valorizamos empresas que tenham fluxos de caixa previsíveis e estáveis, que proporcionem elevada cobertura em relação à sua dívida e seus juros."

Saindo na frente

Mantovani ressalta, ainda, que outros fatores ajudam as empresas a melhorar sua classificação de risco. As companhias com boa governança corporativa e que tenham sido bem avaliadas por uma auditoria independente prévia saem na frente para conseguir um bom *rating*. "Quando avaliamos uma empresa para a atribuição de *rating* de crédito, ponderamos sua governança corporativa, incluindo a adoção de práticas como a auditoria independente sobre as demonstrações financeiras", explica. De acordo com ele, "empresas auditadas e sem ressalvas em seus balanços saem na frente, dado que este procedimento dá maior credibilidade aos números apresentados".

Apesar de esses benefícios serem evidentes, segundo Mantovani, a maior parte das empresas brasileiras ainda não se deu conta da importância de adotar boas práticas de governança e recorrer a instrumentos como a auditoria independente. "Em relação à governança corporativa, as empresas brasileiras ainda estão, em média, muito abaixo de empresas de países desenvolvidos. Isto se explica pelo fato de que muitas dessas companhias ainda não acessaram o mercado de capitais. A tendência é de que, com o crescimento do mercado, as empresas sejam estimuladas a aprimorar suas práticas de governança, a fim de atrair investidores."

As agências e a crise de 2008

Quando o sistema financeiro dos Estados Unidos entrou em crise, em 2008, após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, a indústria de *rating* perdeu um pouco de sua credibilidade. As instituições americanas, até então bem avaliadas, e a própria economia dos Estados Unidos, acima de qualquer suspeita, se revelaram frágeis, colocando os pareceres de Moody's, Fitch Ratings e Standard&Poor's em xeque.

Mas Pablo Mantovani garante: "Os investidores tentaram e conseguiram transferir a responsabilidade para as agências de *rating*. Elas são falíveis, mas a responsabilidade pelo investimento sempre é dos investidores. O *rating* deve servir como uma fonte para a tomada de decisão de investimento, não pode ser encarado como uma recomendação de investimento", acrescenta o analista sênior da Austin Ratings.

Mantovani considera as agências de *rating* atores muito importantes, especialmente em mercados de dívida ainda pouco desenvolvidos, como é o caso do Brasil, onde o conhecimento dos investidores sobre determinados produtos e os níveis de perda a que estão sujeitos ainda é reduzido. "As agências auxiliam os investidores a enxergarem mais claramente os riscos

envolvidos em transações, corrigindo, em certa medida, as assimetrias de informações entre emissores e investidores", avalia. ✓

Notas não podem ser encaradas como recomendação de investimento



A vida mansa da renda fixa acabou

Queda dos juros obriga investidor a correr mais riscos para melhorar rendimentos

Em 2011, o mundo viu a União Europeia mergulhar em uma nova e profunda crise, sem ainda ter se reerguido completamente daquela provocada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, em 2008. Diferentemente do que vinha acontecendo em 2010 na Europa, quando apenas economias periféricas estavam na berlinda por conta de problemas financeiros, hoje, inclusive as economias centrais revelam sérias dificuldades para equilibrar seus orçamentos. Espanha, Itália e Portugal entraram na fila dos que podem vir a precisar de uma ajuda bilionária dos líderes do euro para evitar um calote da dívida pública.

Em 2012, porém, mesmo as potências do euro, França e Alemanha, até então consideradas inatingíveis, veem a crise se aproximar. Como era esperado, os efeitos colaterais desse novo choque não se restringiram ao continente. A demanda severamente reprimida na região começou a afetar as vigorosas economias emergentes, grandes exportadoras para a Europa e dependentes da saúde financeira do bloco econômico e do bom humor de seus investidores.

Apesar de manterem o crescimento, países como Brasil e China não exibem mais o vigor que tinham há dois anos, quando os chineses cresciam perto de 10% e os

brasileiros, 7%. Sentindo os efeitos da turbulência europeia, os emergentes entraram em um novo ciclo, no qual as políticas de estímulo à economia passaram a ser prioridade dos governos. No Brasil, essa necessidade se traduziu, inicialmente, em políticas de redução de impostos para impulsionar o consumo. Mas a piora no cenário externo deu à presidente Dilma Rousseff espaço para atacar em outra frente, bem mais polêmica.

No fim do primeiro semestre de 2012, o Governo iniciou uma campanha agressiva para reduzir as pesadas taxas de juros no País, tendo como pilar dessa empreitada uma sequência inédita de cortes na taxa básica Selic, que passou de 12%, em agosto de 2011, para seu menor nível histórico, de 7,5% ao ano, em setembro de 2012. Como parte dessa estratégia, em maio, o Governo mudou as regras de rendimento da caderneta de poupança, a mais tradicional aplicação de renda fixa do País: as aplicações feitas a partir da alteração passam a render 6% ao ano mais a Taxa de Referência (TR) apenas se a taxa Selic fica acima de 8,5% ao ano. Um juro básico de 8,5% ou menos faz a poupança render 70% da Selic mais a TR.

A brecha aberta pela depressão da economia mundial para o movimento de queda dos juros parece ter criado



um cenário que veio para ficar. Os discursos do Governo e dos especialistas de mercado convergem para um uníssono recado aos investidores, dos mais sofisticados aos iniciantes: o tempo dos juros altos em aplicações de baixíssimo risco acabou de vez.

"Esperamos que os juros elevados tenham ficado para trás, e de uma vez por todas", diz o economista Álvaro Bandeira, sócio da gestora de recursos Órama, com sede no Rio de Janeiro. Ele avalia que, mesmo com a recuperação econômica – que deve ganhar força a partir do segundo semestre de 2013 – e diante de uma eventual necessidade de elevar os juros novamente, cria-se um ambiente de investimentos no Brasil no qual a renda fixa, cujo ícone máximo é a poupança, funcionará apenas para preservar o patrimônio.

Bandeira aposta em uma retomada do crescimento na China em 2013, ao mesmo tempo em que a União Europeia deverá começar a colocar a casa em ordem para emergir da crise mais fortalecida. O aquecimento das economias deve ter reflexos no Brasil, dentre os quais está o aumento da pressão inflacionária. "Mais para frente os preços vão voltar a ser pressionados e isso vai desencadear aumento dos juros", diz.



Álvaro Bandeira

O economista trabalha com um cenário de taxa Selic entre 7,5% e 7,25% ao fim de 2012, e avançando para algo em torno de 8% ou 8,25% em 2013. "Nesse caso, pode ser que haja algum ganho real interessante na poupança, mas a orientação continuará sendo a de que, se não correr risco, o investidor terá um ganho irrisório na renda fixa."

Renda fixa? Só para preservar o patrimônio

Segundo Bandeira, em qualquer lugar do mundo – leia-se qualquer país com um sistema financeiro bem desenvolvido – “a renda fixa serve para preservar o poder de compra do dinheiro e se precaver para situações de curto prazo, mantendo a liquidez. O ganho será muito baixo, portanto essa aplicação deve ser considerada em situações bem específicas”, diz o economista.

Poupança é para proteger investimentos da inflação

Entre essas situações estão, por exemplo a formação de uma poupança para casos de desemprego ou de uma doença mais séria, a compra de um bem de valor mais elevado no curto prazo, entre outras. A aplicação de renda fixa servirá para proteger os investimentos dos efeitos corrosivos da inflação. Com esse propósito, a poupança vem bem a calhar. Mas, se o investidor não se sente confortável para aplicar na renda variável, seja por falta de conhecimento ou por não ter como pagar pelos serviços

de um gestor, há opções que podem ser mais interessantes do que a poupança.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) estão entre essas opções. Mas Bandeira explica que essas alternativas valem a pena somente para investidores com maiores volumes para aplicar – acima de R\$ 10 mil ou R\$ 15 mil reais. “Investidores com grandes volumes conseguem 100% do CDI ao ano, ou até um pouco mais. Mas se for um investidor pessoa física com uma quantia pequena, aplicando em um CDB de um banco grande, vai conseguir entre 70% e 80% do CDI, além de ter de pagar as taxas de administração, que são elevadas”, explica.

Há também o desconto do Imposto de Renda, que pode ir de 15% a 22,5%, dependendo do prazo que o dinheiro for aplicado (quanto mais tempo, menor o imposto). Assim, a aplicação acaba não sendo ideal para quem vai precisar do dinheiro no curto prazo.

Para fugir das taxas de administração, o investidor pode recorrer ao Tesouro Direto, sistema eletrônico de compra de títulos públicos emitidos pelo Governo Federal.

“É a opção mais interessante da renda fixa, já que oferece uma rentabilidade um pouco maior a taxas baixas”, diz Bandeira. O economista indica a compra de títulos pós-fixados, nos quais a rentabilidade é definida no vencimento do papel, e indexados à inflação, as chamadas Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B). Isso porque a expectativa é de aumento da inflação, à medida que a situação da economia global se normaliza. Para quem escolher o Tesouro Direto, Bandeira recomenda aplicar, por ora, em papéis com prazo de vencimento mais curto, de até dois anos. “À medida que as taxas de juros forem aumentando, os investidores podem optar por papéis com vencimento mais longo”, explica.

Outras aplicações de renda fixa, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito Agrícola (LCA), têm um risco considerado baixo, mas o rendimento também não é dos melhores. “Se descontar o Imposto de Renda, elas não oferecem um rendimento satisfatório. Chega, no máximo, a 0,65% ou 0,70% ao mês, o que, ao fim de um ano, não muda quase nada com relação à poupança”, diz Bandeira.

A hora e a vez da renda variável

Fundos multimercados ou de ações podem render mais

Para o especialista, o lema agora é: "quem quiser maiores retornos vai ter de aceitar correr mais risco". Nesse cenário de juros baixos e com a perspectiva de recuperação das economias a partir de 2013, o mercado de renda variável desponta com boas oportunidades, sobretudo para quem pensa em investir no longo prazo. "Os investidores terão de aplicar seus recursos em fundos que não lidem apenas com renda fixa. Ou poderão buscar o mercado de ações diretamente, deixando na renda fixa apenas uma reserva para emergências", diz Bandeira.

De acordo com ele, a ambição do Governo pelo aumento dos investimentos em vários setores nos próximos anos vai beneficiar diversas empresas, melhorando o desempenho de suas ações na Bolsa de Valores. "O Governo está estimulando o consumo, além de olhar para segmentos ligados a infraestrutura, construção civil,

obras públicas, siderurgia e mineração", explica.

Para Bandeira, esses setores e empresas, bastante castigados durante a crise, podem ter uma boa retomada de crescimento com a recuperação da economia global. E muitas empresas ligadas a esses segmentos terão grandes oportunidades à medida em que os eventos esportivos que o Brasil vai sediar se aproximam. "Copa e Olimpíadas serão um bom combustível para essas empresas", diz o economista, e isso impacta diretamente no preço das ações, que pode subir.

Aos menos experientes, que dificilmente ousariam ir à compra de ações sozinhos e não querem contratar os serviços de um gestor, Bandeira aconselha a procura de fundos de ações ou fundos multimercados, que aplicam na Bolsa, mas também consideram investimentos

em câmbio, *commodities* e outras opções. Nesse caso, o investidor precisa pesquisar o histórico e a reputação de cada gestora de fundos.

"Geralmente, uma gestora que mantém um histórico consistente de rentabilidade e minimiza as perdas quando todos estão perdendo tem maiores chances de oferecer melhores retornos. Mas é fundamental lembrar que rentabilidade passada não garante rendimento futuro", diz o economista. "É assim que vamos ter que nos portar de agora em diante", ressalta. "O dinheiro de curto prazo pode fazer uma parada breve na renda fixa, mas, se o investidor quiser ganhar algo a mais, terá de partir para fundos multimercados ou de ações, ou para a Bolsa diretamente. A história do rendimento confortável na renda fixa já era." ✓



Portal do Ibracon traz novidades para os associados

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil deu mais um importante passo rumo à consolidação das ações do planejamento estratégico voltadas a reforçar a atuação do instituto, principalmente no intuito de prestar mais e melhores serviços aos associados. A mais recente iniciativa destinada a valorizar o relacionamento com os profissionais e estudantes associados está no Portal Ibracon, que ganhou uma área exclusiva.

“O Ibracon continua investindo na melhoria da sua comunicação, tanto com a sociedade, por meio de ações junto aos formadores de opinião, quanto junto aos associados. No início do ano, promovemos a reformulação do site, que ganhou status de portal, para permitir maior interação com os internautas. Agora, a área restrita complementa outra fase desse processo de modernização”, explica Francisco Maldonado Sant’Anna, diretor de Comunicação do Instituto.

A área de associados foi formatada como um espaço exclusivo, no qual os profissionais e estudantes recebem um tratamento diferenciado e privilegiado, com acesso a conteúdos específicos de contabilidade e auditoria. “A área de Comunicação do Ibracon também vem sendo reforçada, com a orientação de desenvolver novas iniciativas e projetos especiais para os associados”, assinala Sant’Anna.



Francisco Maldonado Sant’Anna

Entre os serviços diferenciados estão vídeos de palestras e treinamentos, acesso às pautas das reuniões e às agendas internas, assim como à revista *Transparência Ibracon* em formato de e-book.

Conteúdo profissional

Os vídeos produzidos pela Comunicação do Ibracon facilitam a atualização profissional dos associados, em particular aqueles com dificuldades para comparecer aos eventos



Área exclusiva valoriza relacionamento com profissionais associados

promovidos pela Nacional, principalmente os de outras regiões distantes de São Paulo.

Um desses vídeos, por exemplo, registra a palestra *A responsabilidade do auditor: fraudes da administração*, ministrada por Eduardo Amaral Gurgel Kiss, da Demarest e Almeida Associados. O evento foi promovido pela Câmara de Auditores Independentes (Caind), da 5ª Seção Regional do Ibracon. A gravação foi editada e está disponível na área restrita. O associado pode assistir pelo Portal ou fazer o *download* do arquivo. “Os vídeos são um poderoso instrumento de atualização e acúmulo de conhecimento”, afirma Sant’Anna.

Outro vídeo produzido para os associados e que merece destaque trata do Comunicado Técnico 07/2012, sobre sustentabilidade e responsabilidade social das empresas. Nele, Cláudio Longo, coordenador do Comitê de Normas



de Auditoria (CNA) e integrante da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, explica detalhadamente o comunicado. “Este vídeo foi produzido especialmente para a área restrita do portal. Além das palestras e eventos, o Ibracon vai intensificar a gravação de vídeos de orientação aos associados”, diz o diretor.

No vídeo, Cláudio Longo destaca a importância do bom entendimento dos Comunicados Técnicos do Ibracon. “O

Canal de relacionamento

- ✓ A revista *Transparência Ibracon* passa a ser exclusiva para os associados, que podem ler o conteúdo em formato e-book (que imita a leitura em papel) ou baixar o PDF da publicação. As edições só serão postadas na área aberta após um mês do lançamento.
- ✓ A *newsletter* do Ibracon agora só pode ser acessada pelos associados, que precisam se logar ao sistema para visualizar os textos enviados por *mailing* eletrônico.
- ✓ A área restrita terá informações específicas sobre Educação Continuada, assim como comunicados sobre lançamento de livros, promoções especiais e descontos em inscrições para eventos da profissão.



Cláudio Longo

principal objetivo dos CTs é propiciar uniformização não só do relatório, mas também no trabalho, na forma de execução da prática de auditoria. Isso aumenta a credibilidade do usuário dessas informações”, afirma.

Grupos de trabalho

A área restrita divulga, ainda, as pautas das reuniões dos Grupos de Trabalho, de modo a que os associados interessados possam participar dos debates e acompanhar o que está em discussão.

Também estão disponíveis na área restrita diversos documentos com informações que dizem respeito ao dia a dia da profissão, como as audiências públicas em andamento, promovidas pelas entidades do setor. É uma forma de facilitar o acesso às informações relevantes a respeito das práticas de contabilidade e auditoria. E estimula os profissionais a contribuir para o aperfeiçoamento das normas a partir do debate de temas importantes”, explica Sant’Anna. Os interessados também podem ler a íntegra dos documentos oficiais com as sugestões enviadas pelo Ibracon para essas audiências. ✓



pingos e respingos

Ibracon cria Diretoria de FAPMP

Adriano Faria é o novo integrante da Diretoria Nacional do Ibracon. Ele assumiu a recém-criada Diretoria de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP). Sua indicação reflete a importância que o Conselho de Administração e a Nacional conferem a esse segmento do mercado de auditoria. "A educação continuada está no topo da nossa lista de prioridades", garante o diretor.



Eduardo Affonso de Vasconcelos, Adriano Faria, Francisco Maldonado Sant'Anna, Eduardo Pocetti e Marco Aurelio Fuchida

Seminário da Apimec e do CRC

Os diretores Marcelo Cavalcanti Almeida e José Luiz de Souza Gurgel, da 3ª Regional do Ibracon, no Rio de Janeiro, palestraram no seminário *Elaboração e divulgação de informações contábeis e financeiras em conformidade com as normas NBC-T (IFRS)*, promovido pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec/Rio) e pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ).

Profissional do ano

Fernando Dantas Alves Filho, membro do Conselho de Administração do Ibracon e presidente da PwC Brasil, conquistou o prêmio *Profissional do Ano de 2012* na categoria Finanças e Contabilidade, conferido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).



Fernando Dantas Alves, ao centro

Debate em Genebra

Idésio da Silva Coelho Junior, diretor Técnico do Ibracon, representou o Ibracon na 29ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade das Nações Unidas (Isar), o fórum de debates da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizado em Genebra, na Suíça.

Tratativas sobre tributação

O presidente Eduardo Pocetti se reuniu com o vereador José Police Neto, presidente da Câmara Municipal de São Paulo e pleiteou alterações na tributação do Imposto sobre Serviços (ISS) das sociedades uniprofissionais de contadores e auditores. "Police Neto compreendeu o pleito e a expectativa é que, em breve, avancemos na busca de uma boa solução", informa Pocetti. Participaram do encontro Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Ibracon, e Marcos Kazuo, assessor jurídico do Sescon-SP.



Marco Aurelio Fuchida, José Police Neto, Eduardo Pocetti e Marcos Kazuo

Prêmio Abrasca

A Associação Brasileira das Companhias Abertas entregou o 14º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual e homenageou as companhias abertas, fechadas e as organizações não empresariais que foram destaque em 2011. O evento contou com apoio institucional do Ibracon. "As empresas brasileiras de capital aberto atingiram um alto nível de maturidade, desenvolvendo cada vez mais um relacionamento transparente com o mercado", disse Eduardo Pocetti, presidente da Nacional do Ibracon.

CReCER 2010

O presidente Eduardo Pocetti participou da CReCER 2012 (Conferência Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional), em Manágua, na Nicarágua. O encontro, que teve como tema *Informação Financeira de Qualidade para o Desenvolvimento Econômico Regional*, também contou com as presenças de Marcos Vinício Sanches, diretor Administrativo e Financeiro da 5ª Seção Regional, e Danilo Simões, da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT).



José Constantino, Adelino Dias Pinho, Eduardo Pocetti e Marco Aurelio Fuchida

Sociedades de grande porte

O presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), José Constantino de Bastos Junior, recebeu o Ibracon para debater a melhor solução quanto à aplicação da Lei Federal nº 11.638/07. Ela determina que as sociedades de grande porte tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM. Apesar da exigência, muitas companhias ainda desconhecem a regra. José Constantino se mostrou receptivo às questões apontadas por Pocetti e manifestou apoio ao Ibracon.

Reunião com o governador

Representantes de entidades da classe contábil reuniram-se com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. E ofereceram cooperação técnica ao Estado nas questões tributárias, principalmente em relação às obrigações acessórias. "Esta sinergia será bastante positiva. Sintam-se à vontade para sugerir medidas para simplificar a vida do contribuinte", disse Alckmin. "Pedimos a criação de curso de graduação de Ciências Contábeis na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)", informa Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional.



Adelino Dias Pinho (à dir.) representou a Diretoria Nacional

Encontro de vencedores

Promovido pela Comissão CRC-SP Jovem, o 3º Encontro de Estudantes de Contabilidade do Estado de São Paulo foi um sucesso. Com o tema Encontro de Vencedores, ele reuniu cinco mil estudantes do ensino técnico, de graduação e de pós-graduação em Ciências Contábeis. A palestra *Valorização do profissional da contabilidade no Brasil*, do empresário Antoninho Marmo Trevisan, foi um dos pontos altos do evento.



Antoninho Marmo Trevisan

A qualidade faz a diferença

Comitê de Revisão Externa anuncia treinamento para 2013

Desde junho, o Comitê Gestor do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), promove uma série de encontros para debater e coletar sugestões destinadas a aprimorar o sistema de controle da Revisão Externa de Qualidade, conhecida como revisão pelos pares.

A rodada de debates, que incluiu uma reunião no Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em outubro, deverá resultar em uma minuta das alterações, a ser enviada à Câmara Técnica do CFC.

Tendo em vista os pontos mais polêmicos levantados nesses encontros – principalmente relacionados à documentação do trabalho de revisão e ao preenchimento do questionário – o CRE já decidiu realizar um treinamento para os revisores.

“O treinamento deverá ser desenvolvido em 2013. Também vamos revisar as questões constantes do questionário”, antecipa Rogério Rokembach, coordenador do CRE. Segundo ele, o treinamento se destina a promover um alinhamento geral dos objetivos, das práticas e da documentação necessária ao processo da revisão, estimulando que mais auditores participem como revisores.

Danilo Siman Simões, membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon e representante do Instituto no CRE,



Rogério Rokembach

destaca que a revisão por pares se aplica exclusivamente aos contadores e firmas que exerçam auditoria independente, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). “A revisão pelos pares avalia os procedimentos adotados na auditoria independente para assegurar a qualidade dos trabalhos. Para isso, os revisores averigam se as normas técnicas e profissionais estabelecidas pelo CFC foram atendidas e, quando for o caso, também adotam como parâmetros os pronunciamentos do Ibracon e as normatizações dos órgãos reguladores”, explica Danilo Simões.



Mudanças

Segundo Rokembach, as mudanças no Programa de Revisão de Qualidade “visam a evoluir ainda mais na contribuição para a qualificação dos trabalhos de auditoria independente no Brasil, ampliando a transparência, alinhando com as práticas existentes no mundo, sem abrir mão da independência dos nossos participantes e do nosso modelo legal no País. Assim como em várias outras áreas em que o

Brasil obtém êxito, queremos também contribuir para que o País seja uma referência global em qualidade no trabalho dos auditores”.

Entre as mudanças, ele destaca o novo modelo de envio de formulários para análise por parte do CRE. E enfatiza, ainda, a importância de o revisor estar atento aos procedimentos, entre os quais a finalização do processo, para que o CRE possa dar prosseguimento à auditoria.



Danilo Siman Simões

Como funciona o CRE

Composto por oito membros – entre os quais conta com as participações de Antonio Humberto Barros dos Santos, Clóvis Ailton Madeira, Danilo Siman Simões e Paulo Manuchakian, indicados pelo Ibracon –, o CRE é um órgão colegiado que tem como objetivo:

- ✓ selecionar e identificar os auditores a serem revisados a cada ano;
- ✓ emitir e atualizar guias de orientação, instruções, questionários detalhados, anexos, expedientes, correspondências e ofícios, que servirão de roteiro mínimo

obrigatório para orientação na tarefa de revisão pelos pares;

- ✓ dirimir quaisquer dúvidas a respeito do processo de revisão pelos pares;
- ✓ revisar os relatórios de revisão elaborados pelo auditor-revisor e os planos de ação corretivos encaminhados pelo auditor-revisado;
- ✓ aprovar ou não os relatórios de revisão e os planos de ação apresentados pelos auditores-revisores e pelos auditores-revisados, respectivamente; e
- ✓ emitir relatório sumário anual.



Proporcionalidade do porte



Processos de controle de qualidade

O tema da qualidade foi discutido na 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada em junho, pelo Ibracon. No painel *Sistema de controle de qualidade das firmas de auditoria*, Angela Zechinelli Alonso, integrante do GT de FAPMP do Ibracon, destacou a importância de as firmas menores se aprofundarem nos aspectos do critério de proporcionalidade também em relação ao quesito qualidade.

"No painel que desenvolvemos, pudemos enfocar como uma firma de auditoria de porte menor tem condição de criar e manter um sistema de controle de qualidade, de acordo com a complexidade do ambiente auditado", afirma.

Segundo ela, a firma deve estabelecer e manter um sistema de controle de qualidade que inclua políticas e procedimentos que tratam das responsabilidades da liderança pela qualidade na firma, exigências éticas relevantes, aceitação e continuidade do relacionamento com clientes e de trabalhos específicos, recursos humanos, execução do trabalho, monitoramento



Angela Zechinelli Alonso

e documentação do sistema de controle de qualidade.

"A Norma NBC PA 01 trata das responsabilidades do auditor (firma) por seu sistema de controle de auditorias e revisões de demonstrações contábeis e outros serviços de asseguração e serviços correlatos. Ela contém orientações relacionadas à forma de aplicação e outros materiais explicativos e adicionais, assim como material introdutório que fornece contexto relevante para o devido entendimento e definições", finaliza Angela Zechinelli Alonso. ✓



EDUCAÇÃO CONTINUADA
EDUCAÇÃO CONTINUADA



Mudanças agilizam atuação da Comissão de Educação do CFC

Encerrado o primeiro ano de aplicação da Resolução 1.377/11, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o balanço é positivo. A norma alterou o Programa de Educação Profissional Continuada, estabelecendo uma nova tabela de pontuação para os auditores independentes e diferentes formas de obtenção de pontos. A participação do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil também foi elevada para seis representantes na Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC.



Ana Tércia Rodrigues

“Houve um aumento significativo no volume de pedidos de credenciamento”, analisa Ana Tércia Rodrigues, coordenadora de Educação Profissional do CFC. Segundo ela, as mudanças proporcionaram maior fluência na análise e julgamento dos processos, pedidos de credenciamento e cursos e eventos das capacitadoras. “Outro ganho relevante se

deu por conta da diversidade de pontos de vista, com a ampliação no número de participantes da Comissão. Todos trazem experiências de vários segmentos, o que resulta em maior abrangência de ideias”, analisa Carlos Alberto Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon e um dos representantes do Instituto na Comissão.



Carlos Alberto Souza

Quanto aos processos relativos à pontuação obtida pelos profissionais, a Comissão ainda não tinha encerrado a recepção dos documentos quando foi realizada esta entrevista, em 29 de novembro. A aquisição de pontos se encerra em 31 de dezembro de cada ano, sendo que os processos devem ser encaminhados até 31 de janeiro do ano seguinte. Ana Tércia e Sousa destacaram que, àquela data, ainda era possível a aquisição de pontos por meio dos cursos à distância, publicações e palestras. O

Ibracon, por exemplo, oferece o *e-learning* produzido em parceria com a Fipecafi.

O auditor pode buscar formas alternativas para complementar a pontuação, como palestras em universidades ou faculdades de Ciências Contábeis sobre temas compatíveis com a Educação Continuada, obtendo a declaração para fins de pontuação. Vale lembrar que a norma autoriza o máximo de 20 pontos com atividades de docência, produção intelectual e participação em comissões.

Ana Tércia e Sousa asseguram que a Comissão analisa os processos de modo a não prejudicar os profissionais, mas frisam que “não podemos ir além do que determina a norma”. Quem não completou a Educação Continuada será excluído do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Cnai). “A Resolução também define que o não cumprimento da pontuação representa infração ao Código de Ética, o que deixa o profissional sujeito às penalidades de advertência reservada, censura reservada ou censura pública”, finaliza Ana Tércia.

Na última reunião de 2012, a Comissão discutiu formas de aprimorar o trabalho em 2013, visando a maior efetividade e tempestividade. “Iniciamos discussões sobre o que poderia ser melhorado na Resolução. Vamos coletar propostas e encaminhar para o CFC”, conclui Sousa. ✓

“O País não tem mais tempo a perder”

Rogério Amato*

Após um desempenho bastante satisfatório em 2010, quando o Produto Interno Bruto cresceu 7,5% e o varejo registrou aumento das vendas na casa dos 10%, a economia brasileira apresentou em 2011 forte desaceleração. Naquele ano, o PIB registrou expansão de apenas 1,7%, em consequência do aumento da instabilidade externa e, também, como efeito das medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central para conter o ritmo acelerado do consumo.

A partir de estímulos fiscais e monetários adotados pelo Governo Federal e pelas autoridades monetárias ao longo do segundo semestre do ano passado, esperava-se para 2012 um crescimento na casa dos 3% a 3,5%, com recuperação gradativa da economia, alavancada pelo consumo, através do crédito e das reduções de tributos. Essa expectativa foi sendo frustrada a cada mês, pela falta de reação dos investimentos e da produção industrial, embora o emprego tenha continuado a se expandir, mas a taxas mensais decrescentes.

O Governo procurou incentivar a reativação da economia com novos estímulos pontuais, como a extensão de isenções fiscais a vários produtos, como veículos e eletrodomésticos, a desoneração da folha de pagamentos para alguns setores, substituindo a contribuição previdenciária por um imposto sobre faturamento.

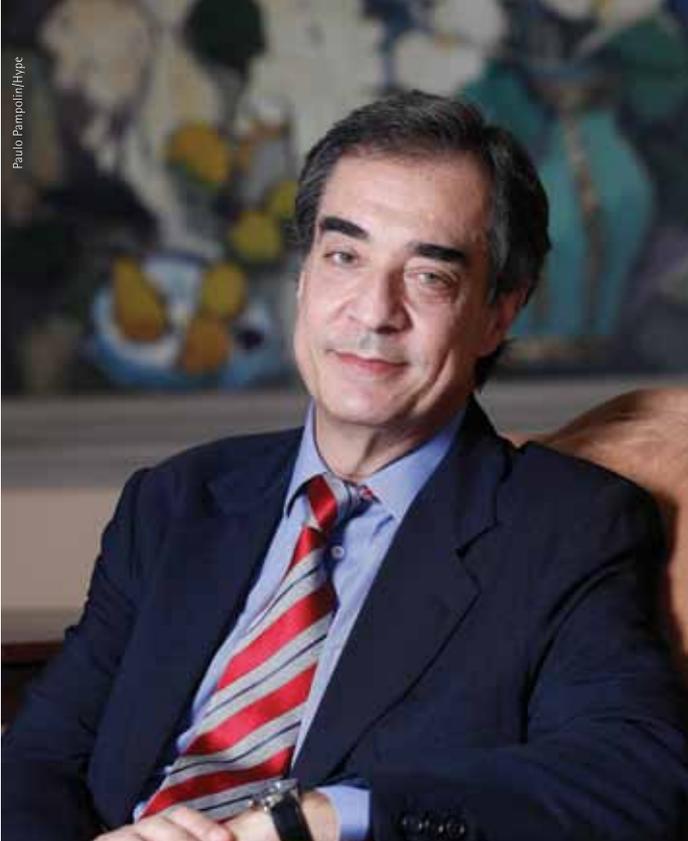
Ao mesmo tempo, adotou barreiras tarifárias visando a aumentar a proteção para alguns produtos nacionais que não vêm conseguindo competir com os importados. O Banco

Central, por sua vez, continuou a reduzir a taxa Selic e diminuiu os depósitos compulsórios, enquanto o Governo forçava paralelamente a utilização dos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para forçar a queda dos encargos financeiros.

A resposta do mercado à política governamental tem sido mais lenta do que as autoridades desejavam. Talvez em função do aprofundamento da crise externa, especialmente na Europa, mas, também, devido ao fato de que as medidas pontuais adotadas pelo Governo não tivessem gerado a confiança necessária para a expansão da produção e, sobretudo, dos investimentos. Existem, contudo, sinais recentes de que não apenas a demanda vem se expandindo, como a produção industrial também vem apresentando reação, o que permite esperar por um final de ano bom e, o mais importante, iniciar 2013 com a economia em ritmo mais acelerado.

Essa expectativa para o ano próximo decorre não apenas das medidas conjunturais adotadas ao longo de 2012, cujo impacto sobre a atividade econômica ainda não se fez sentir inteiramente, mas, também, pelo anúncio de um conjunto de medidas estruturais, que devem propiciar a redução do “custo Brasil”, assegurar o crescimento da economia e, principalmente, a geração de emprego e renda.

Assim, parecem viáveis as projeções de que a economia brasileira possa crescer de 3,5% a 4% em 2013, com a inflação mantida sob relativo controle, o que permitiria, senão a continuidade do processo de redução das taxas de juros, pelo menos a



manutenção da Selic em seu patamar atual. Para o varejo, o cenário de manutenção não apenas dos juros, como da oferta de crédito, combinada com a esperada queda da inadimplência e o crescimento, mesmo mais lento, do emprego e da renda, permite esperar uma aceleração gradativa do movimento e um aumento das vendas na casa de 6% a 7% no ano.

Mais importante, contudo, do que o desempenho da economia em 2013 será adotar medidas estruturais capazes de assegurar a continuidade de uma taxa de crescimento do PIB acima da média observada nos últimos anos. E próxima daquelas apresentadas por diversos países emergentes da América Latina, como Chile, Colômbia, Peru e México, que vêm apresentando resultados superiores aos do Brasil, mesmo sofrendo também algum impacto da crise internacional.

O Brasil dispõe de condições para isso, desde que consiga transformar em realidade as potencialidades existentes. As concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos ainda precisam ser transformadas em projetos, por meio de licitações que atraiam os investimentos do setor privado.

A redução do custo da energia precisa ser feita, observando-se os contratos vigentes e sem prejudicar a manutenção e a evolução tecnológica do setor. Projetos importantes em andamento na área de energia elétrica enfrentam problemas sérios que precisam ser equacionados. A aprovação do Código Florestal foi importante para dar tranquilidade ao agronegócio,

apesar dos vetos presidenciais resultantes de pressões de alguns setores que parecem querer bloquear a expansão da agricultura brasileira.

O País vai necessitar de recursos externos para poder executar a grande gama de projetos, como os de energias alternativas, do pré-sal, das obras visando à Copa e às Olimpíadas e, ainda, aumentar a produção e a produtividade industrial para atender a um mercado interno que se espera cresça a taxas elevadas nos próximos anos.

Se, por um lado, a crise financeira internacional que afeta os países desenvolvidos aumenta a incerteza e a aversão ao risco, a falta de oportunidades de investimentos rentáveis nos mesmos e a ampla liquidez existente oferecem grande oportunidade para a atração de recursos externos, se soubermos apresentar projetos consistentes, segurança jurídica e rentabilidade aos investidores.

Para tanto, e também para incentivar o setor privado brasileiro, é preciso reduzir as restrições e dificuldades de natureza regulatória, simplificar a burocracia e tornar atrativo o País, pois os investidores externos dispõem de alternativas em outros países emergentes, que têm procurado atrair esses capitais, embora o Brasil apresente muitas vantagens comparativas, a começar pelo tamanho de seu mercado interno.

É evidente que um programa abrangente de descomplicação regulatória e da burocracia não se faz de uma vez e de imediato. Mas a simples explicitação do que se pretende fazer nessa área tem a vantagem de começar a produzir resultados no curto prazo, pois os agentes econômicos se antecipam e agem com base em expectativas. Para isso, é fundamental que a proposta tenha credibilidade.

Em resumo, podemos antever um bom final de 2012 para o varejo e que 2013 deverá ser um ano de recuperação do crescimento. Mais importante, contudo, é o que se fizer para remover os obstáculos estruturais que impedem o crescimento sustentado do Brasil. Esperamos que haja avanços significativos em relação à infraestrutura e à redução do "custo Brasil", porque 2014 é um ano político e, também, porque o País já não tem mais tempo a perder. ✓

** Rogério Amato é presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Fapesp)*

Foco e excelência profissional

Monica Foerster,
diretora da 6ª Regional
do Ibracon

"As pessoas comuns pensam apenas em como passar o tempo. Uma pessoa inteligente tenta usar o tempo". A frase do filósofo alemão Arthur Schopenhauer, que viveu no século XIX, dá uma indicação de qual é a receita do sucesso profissional e pessoal de Monica Foerster, diretora da 6ª Regional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Ela sabe usar o tempo a seu favor. E aproveita as ocasiões que surgem no dia a dia para aprender e se aperfeiçoar, abraçando os novos desafios.

Gaúcha de Porto Alegre, casada, com três filhos, Monica é o protótipo da mulher dinâmica e que sabe tirar bom proveito das 24 horas do dia. "É preciso ter foco. Quando estou em família, me concentro em desfrutar o tempo com meu marido e filhos. No trabalho, meu foco é a excelência profissional", ensina a profissional.

Seja como diretora em uma firma de auditoria de médio porte, seja como representante do Ibracon ou do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS), Monica passa boa parte de seu tempo viajando a serviço.

"Tenho duas residências, em São Paulo e em Porto Alegre, e estou permanentemente em trânsito para atender aos clientes. Nossa firma presta serviços em todo o Brasil

e participa de um grupo internacional. Portanto, viajo periodicamente ao exterior, para atualização técnica e para interagir com os controladores dos clientes internacionais."

Para ela, essa rotina de viagens de negócios faz parte da profissão. E não deixa de ser um aspecto atraente da carreira. "Viajar é muito interessante, porque permite agregar novos conhecimentos e acrescenta experiências profissionais e de vida. Entramos em contato com realidades diferentes."

Monica afirma que não trocaria sua profissão por nenhuma outra e que, com o passar do tempo, aprendeu a gostar cada vez mais da auditoria. "É um desafio e, ao mesmo tempo, uma conquista a cada dia. Quanto mais estudamos e nos preparamos, melhor dominamos o assunto e melhor atendemos às necessidades dos clientes."

Além de ser intelectualmente muito estimulante, a auditoria também passa por um período de grande valorização profissional e financeira. E os profissionais que mais desfrutam desse bom momento são os melhor qualificados e que investem tempo em atualização. "Temos que encontrar tempo para estudar", aconselha a diretora da 6ª Regional do Ibracon.

Ela reforça ainda mais o alerta para os profissionais das firmas de auditoria de pequeno e médio portes e os jovens que estão começando a carreira e ainda têm muito a aprender sobre as IFRS e as ISA (respectivamente, normas internacionais de contabilidade e de auditoria). Monica avalia que a convergência aos padrões internacionais ampliou muito o leque de opções dos contadores e auditores. "O conhecimento que acumulamos ao longo da carreira agora tem valor internacional. O profissional qualificado pode trabalhar em qualquer país que adote as IFRS e as ISA."

Multiplicando conhecimentos

A carreira da diretora mostra que ela põe em prática o que recomenda e sempre abre brechas em sua rotina agitada para se atualizar. Formada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Monica tem MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e está inscrita no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Cnai).

Ela também integra a Comissão de Estudo de Auditoria Independente do CRC gaúcho, que a indicou para receber treinamento oferecido pelo Ibracon Nacional para se tornar multiplicadora dos conhecimentos sobre o *Guia de Utilização das Normas de Auditoria em Auditorias de Entidades de Pequeno e Médio Portes*. Em setembro e outubro, Monica realizou uma série de viagens ao interior do Rio Grande do Sul para ministrar seminários e cursos, nos quais destaca a importância do conhecimento das normas para firmas de pequeno e médio portes. "O retorno obtido com a convergência às IFRS é muito positivo. O padrão internacional permite agregar valor aos negócios."



"O conhecimento que acumulamos ao longo da carreira agora tem valor internacional"

Ela conta que, em suas viagens, percebe um grande interesse pelo Guia, não apenas por parte dos auditores, como também dos profissionais de contabilidade em busca de aquisição e atualização de conhecimento.

A diretora avalia que a atuação dos profissionais ainda tem muito espaço para crescer, com o surgimento de nichos específicos para prestação de serviços. "Certos serviços não eram tão demandados pelo mercado, mas o desenvolvimento econômico do Brasil e o aumento no nível de investimentos fazem crescer também a busca por confiabilidade e transparência,

o que incentiva a identificação e avaliação de risco. As empresas demandam serviços em distintos segmentos de atuação – como auditoria contábil, de controles internos, tributária, de tecnologia da informação, laboral – e em procedimentos específicos, como *due diligence*", conclui.

Que conselho ela daria aos jovens que estão entrando na auditoria? Buscar sempre a excelência profissional, que depende em grande medida da atualização de conhecimento, e participar ativamente da profissão. "É assim que conquistamos respeito e mais efetivamente nos posicionamos no mercado." ✓



Ifac debate desafios das FAPMP

O Comitê de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (SMPC) da Federação Internacional dos Contadores (Ifac) vai divulgar em 2013 o relatório da enquete recém-encerrada sobre os problemas e desafios enfrentados pelas firmas de auditoria e seus principais clientes, as empresas de pequeno e médio portes.

O levantamento, feito a cada seis meses, serve para mapear o cenário do segmento. Os resultados da pesquisa finalizada em dezembro serão publicados no portal da Ifac (www.ifac.org).

Os interessados também podem acessar o Portal do Ibracon para conhecer o resultado da pesquisa anterior, realizada no primeiro semestre de 2012. O conteúdo traduzido para o português está na área restrita aos associados Ibracon (www.ibracon.com.br).

A pesquisa aborda diversos aspectos do segmento de pequenas e médias firmas de auditoria, desde dados objetivos, como número de profissionais e aspectos específicos da região onde está localizada. Confira, no quadro ao lado, alguns itens pesquisados:

- Qual o maior desafio enfrentado pelas FAPMP e pelos clientes PME (pequenas e médias empresas)?
- Quais as maiores barreiras enfrentadas pelas FAPMP para a plena aderência ao código de ética editado pelo Iesba, da Ifac?
- Qual a área de receita que cresce mais rapidamente na firma e qual o maior fator para esse crescimento?
- Como a firma espera encerrar o período atual em relação ao anterior?

laesb divulga norma revisada sobre avaliação de competência profissional

O International Accounting Education Standards Board (laesb), órgão internacional que elabora normas de educação na área de contabilidade, divulgou a revisão da norma *International Education Standard (IES) 6 – Initial Professional Development – Assessment of Professional Competence*.

A revisão se deu para auxiliar os organismos membros da Federação Internacional de Contadores (Ifac) e outras entidades de contabilidade a compreender as exigências de aprendizagem e desenvolvimento de avaliação da competência profissional, bem como suas obrigações para manter os padrões exigidos.

A norma aborda os princípios considerados essenciais para avaliar a competência profissional de um contador aspirante antes de sua admissão à profissão, destacando-se valores como justiça e transparência. A revisão significa em um grande impulso no processo de construção de confiança do público em quem decide seguir a carreira.

Além da revisão da IES 6, o laesb tem outras revisões programadas para 2013. O órgão já colocou em audiência a proposta de revisão da IES 8, que aborda os requisitos de Competência para Profissionais de Auditoria. Mais informações no site www.ifac.org/education.



MAIS DE 40 ANOS A SERVIÇO DA AUDITORIA E CONTABILIDADE

SEJA UM ASSOCIADO

Faça parte do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Veja algumas vantagens:

- ✓ Recebimento de informações técnicas atualizadas
- ✓ Fortalecimento e valorização da profissão
- ✓ Possibilidade de participação em Fóruns e Grupos de Trabalhos
- ✓ Participação, em condições diferenciadas, nos cursos de Educação Continuada, possibilitando a permanente atualização e excelência profissional
- ✓ Participação em conferências e palestras com temas de amplo interesse da profissão
- ✓ Acesso a conteúdo exclusivo no portal Ibracon

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Carlos Vasconcelos, 1777
60115-170, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br
www.ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br
www.ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibraconsexta.com.br
www.ibraconsexta.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br